

*Revista EDUCAMAZÔNIA - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, LAPESAM, GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – ISSN 1983-3423 – Ano 3, Vol 1, Jan-jun, 2010, Pág. 31-56.*

## EDUCAÇÃO, CULTURA, CIDADANIA E DESIGUALDADES NO BRASIL - UM RETRATO

Ângela Ferreira Pace &

Ahyas Siss

**RESUMO:** Objetivo deste artigo é desenhar uma retrospectiva da formação da cidadania e as desigualdades na sociedade brasileira e retratar o papel que a educação pode desempenhar neste contexto. Pretende-se demonstrar que as desigualdades são resultados de intensos problemas sociais, tais como: a maior concentração de renda nas mãos de poucos e, em conseqüência, a miséria e a fome, para muitos; o desemprego; os baixos salários; a violência, em especial, a infantil e contra as mulheres; a marginalidade; e, em destaque, o preconceito racial. Além disso, objetiva-se uma reflexão sobre a atuação da educação e da cultura para compreendermos o panorama atual das desigualdades no Brasil através de um mergulho no passado histórico e análise de como se deu a transição do processo de colonização até os dias atuais. Busca-se aqui examinar a trajetória, desde o seu surgimento, dos direitos civis, sociais e políticos, elementos intrínsecos da cidadania, com ênfase, ao que tange à sua influência, enquanto mecanismo para dirimir ou quiçá dissipar as desigualdades no Brasil. Em paralelo, almeja-se analisar o processo identitário de etnias e grupos raciais como os negros que, ao longo da história do Brasil, foram estigmatizados pelo escravismo. Procurar-se-á compreender qual a contribuição da educação, em sua função social, como fator de transformação dos indivíduos em sujeitos com capacidade de reflexão e articulação de ideias e argumentos, com participação ativa na sociedade, visando propiciar-lhes o direito pleno da cidadania e, assim, alcançar uma sociedade mais justa.

**Palavras-chaves:** Cidadania. Desigualdades. Educação. Cultura.

## EDUCATION, CULTURE, CITIZENSHIP AND INEQUALITIES IN BRAZIL – AN OVERVIEW

**ABSTRACT:** The objective of this paper is to draw a retrospective of citizenship formation and inequalities in Brazilian society and to portray the role that education can play in this context. It intends to show that inequalities are the result of intense social problems, such as the greatest concentration of wealth in few hands, and consequently, poverty and hunger, for many, unemployment; low wages; violence, in particular against children and women; marginality; and, in special, racial prejudice. Moreover, it aims a reflection on the performance of education and culture to understand the current situation of inequality in Brazil through a dip in the historical past and an analysis on how the transition from the process of colonization took place till the present day. It seeks to examine various relevant aspects, addressing issues that affect the trajectory, since the emergence of civil, social and political rights, which are elements intrinsic to citizenship, with emphasis, in terms of its influence, as a mechanism to resolve or perhaps dispel inequalities in Brazil. In parallel, it aims to analyze the identity process of ethnic and racial groups as black people who, throughout the history of Brazil, were stigmatized by slavery. It will seek to understand the contribution of education in its social function as a factor for transforming individuals into subjects capable of reflection and articulation of ideas and arguments, with active participation in society, in order to provide the full right of citizenship to finally achieve a fairer society.

**Keywords:** Citizenship. Inequality. Education. Culture.

## INTRODUÇÃO - O CONTEXTO HISTÓRICO

Primeiramente, com intuito de dar os primeiros passos em direção à colonização do Brasil chegaram os jesuítas, cujo objetivo era explorar, indiretamente, os índios, sua mão-de-obra, impondo uma fé religiosa, como se estes não a possuíssem, baseada em sua própria cultura e seu modo de vida ao que, apesar de terem demonstrado uma resistência inicial, os índios começaram a ser doutrinados e passaram a adorar a cruz e assistir a missa, e a serem conduzidos pela moral da religião católica, a qual os moldava à cultura européia.

Mais tarde, Portugal, para dar início à colonização propriamente dita, na terra nova, enviou a escória da sociedade portuguesa, seus proscritos e marginais.

Como se não bastasse, utilizou a mais repugnante forma de exclusão social, quer seja, importou o maior número de negros da África dentre todas as colônias no Novo Mundo, escravizou-os e foi um dos últimos países a libertá-los (em 1888). As sequelas desse período representam imenso obstáculo para uma repartição mais igualitária da riqueza e perduram até hoje.

A sociedade dividia-se em grandes proprietários, escravos e plebeus. Resulta daí esta herança deplorável da desigualdade social, que permanece até os dias atuais e que dá sinais de ser irremediável.

A imposição sobre o dominado, reproduzia-se através da interiorização da cultura do dominante na colônia e a noção de cidadania era inexistente.

No que tange ao poder, conferimos destaque às palavras de Foucault que nos diz

“O poder se caracteriza pelo fato de que ele constitui uma relação estratégica que se estabeleceu nas instituições. No seio

das relações de poder, a mobilidade é o que limita, e certas fortalezas são muito difíceis de derrubar por terem sido institucionalizadas, porque sua influência é sensível no curso da justiça, nos códigos.” (FOUCAULT, 1982)

O cenário do Brasil Colônia era exclusivista: a educação e a cultura eram limitadas aos grandes proprietários, não havia direitos sociais, civis, políticos ou humanos, para a grande maioria da população. Destacamos as sábias palavras de Gilroy, 1993,

É importante lembrar que o acesso dos escravos à alfabetização era frequentemente negado sob pena de morte e apenas poucas oportunidades culturais eram oferecidas como sucedâneo para outras formas de autonomia individual negadas pela vida nas fazendas e nas senzalas. (GILROY, 2001, pág. 160)

Outro fator de relevância a ser destacado neste período é o econômico. A economia era basicamente monocultora, abastecendo as demandas européias, fornecendo cana-de-açúcar. Assim a renda era distribuída entre a coroa e os latifundiários, ficando a maior parte da população brasileira, à margem de obter qualquer lucro com seu trabalho.

A traduzir com primazia esse período, cita-se:

Escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não tinham os direitos civis básicos à integridade física, à liberdade, à própria vida, já que a lei o considerava propriedade do senhor, como os animais. À população legalmente livre faltava quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação, pois dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. Quanto aos senhores não se pode dizer que fossem cidadãos. Eram livres para votarem e serem votados nas eleições municipais. Mas faltava-lhes o próprio sentido da cidadania, a noção de igualdade de todos perante a lei. (CARVALHO, 1998, pág. 19)

Este modelo de sociedade escravocrata permaneceu por três séculos, até a proclamação da independência em 1822, pois a Portugal não interessava que a

população se educasse ou adquirisse direitos.

Conforme nos assevera COSTA, 1968, *a Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como torna abjeto o instituto da escravidão.* (COSTA, apud SCHWARZ, 1982)

Entretanto, esse repúdio à escravidão não ultrapassou o papel, pois desde a referida Constituição, ainda levamos sessenta e quatro anos para extinguirmos, definitivamente, o regime escravista no Brasil.

Pode-se afirmar que o primeiro recenseamento estatisticamente confiável, realizado no Brasil, ocorreu em 1872, quando da criação da Diretoria Geral de Estatística, que, segundo Lília Lobo (2008), *foi também o primeiro censo a esquadrinhar a população conforme raça (brancos, pardos, pretos e caboclos), sexo e condição livre ou escrava.*

Em 1888, quando a escravidão foi definitivamente abolida, os libertos não receberam nenhuma orientação, nem foram preparados para se integrarem à sociedade. Destarte, passado o momento de euforia da abolição, que não passou de um engodo, haja vista que aconteceu, não por uma tomada de consciência do povo brasileiro, mas sim, por pressões político-econômicas internacionais, sem saber o que fazer, muitos escravos retornaram as suas antigas fazendas ou dirigiram-se para outras, e se submeterem a trabalhar por salários baixos e péssimas condições de emprego.

Em paralelo, a imigração para o Brasil foi amplamente incentivada, tendo em vista o interesse no branqueamento da população, que contava com mais de 50% de negros e mestiços em sua formação, considerando que nossos paradigmas eram os europeus. Os negros viram-se arremessados à nova ordem social competitiva e, sem condições de disputar as vagas do mercado de trabalho com os recém-chegados, devido

à falta de qualificações e ao seu despreparo para a livre concorrência, restou a muitos, ficar à margem do processo de desenvolvimento social.

[...]ficou patente que os brancos interpretavam a situação em termos psicológicos: o mulato e o negro “não tinham ambição”, por isso não arrostavam, como os imigrantes europeus, as duras dificuldades que permitiam a poupança em fator de acumulação capitalista, de mobilidade ocupacional e de ascensão social (FERNANDES, 1989b, apud FOSTER (org.), 2005 pág. 134)

As consequências desses acontecimentos têm reflexos até hoje pelo que nos demonstram os índices sociais de qualidade de vida da população negra, que ainda luta e sofre constrangimentos para alcançar a igualdade, no que tange ao exercício de direitos, acesso à educação e à cultura, na sociedade brasileira.

Assim sendo, sem educação formal, sem preparo para o mundo, além das fazendas, os negros formavam a maior parte da população brasileira e saem da escravidão rotulados de malandros, vagabundos, arruaceiros e, o que é mais grave, sem a menor perspectiva de cidadania.

## **CIDADANIA – CONCEITO E HISTÓRIA**

Para analisarmos a origem da palavra “cidadania”, recorreremos às definições contidas na wikipedia, a seguir transcritas:

O conceito de cidadania sempre esteve fortemente atrelado à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (direto), seja ao concorrer a cargo público (indireto). No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de Direito, pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que em uma coletividade os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.

O conceito de cidadania tem origem na Grécia clássica, sendo usado então para designar os direitos relativos ao cidadão, ou seja, o indivíduo que vivia na cidade e ali participava ativamente

dos negócios e das decisões políticas. Cidadania, pressupunha, portanto, todas as implicações decorrentes de uma vida em sociedade.

Ao longo da história o conceito de cidadania foi ampliado, passando a englobar um conjunto de valores sociais que determinam o conjunto de deveres e direitos de um cidadão.

A cidadania nas sociedades contemporâneas tem o cidadão como titular de direitos. Dentre estes podemos destacar os direitos civis, sociais, políticos e humanos.

## **BREVE DESTAQUE AOS DIREITOS INERENTES À CIDADANIA**

### **DIREITOS CIVIS**

Conquistados no séc XVIII, correspondem àqueles que dizem respeito à liberdade individual, tais como os direitos fundamentais do homem à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; as garantias ao trabalho, à educação, à organização, à livre iniciativa e etc.. São direitos que garantem a vida em sociedade, mas que, para se tornarem efetivos, dependem da existência de um sistema jurídico.

### **DIREITOS POLÍTICOS**

Já os direitos políticos, alcançados no séc XIX, dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal, etc. São também chamados direitos individuais exercidos coletivamente, e acabaram se incorporando à tradição liberal. Esses direitos conferem uma organização política à sociedade civil, com a finalidade de garantir a participação dos cidadãos nos destinos da sociedade.

## **DIREITOS SOCIAIS**

Permitem uma ideia de justiça social e objetivam permitir a redução das desigualdades sociais. Garantem, ainda, a participação dos cidadãos nos bens coletivamente produzidos.

Há de se conceder um destaque especial a essa categoria de direitos, os quais, no Brasil, desenvolveram-se paulatina e tardiamente, haja vista o peso histórico das grandes instituições da colônia que formaram um legado de entraves ao seu desenvolvimento.

Os direitos de segunda geração, os direitos sociais, econmicos ou de crédito, foram conquistados no séc XX a partir das lutas do movimento operário e sindical. São os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social.

## **DIREITOS HUMANOS**

São direitos mais modernos, cuja ênfase está ligada, principalmente, ao fato de que  época da escravidão, estes não existiam e podem ser citados como exemplos o direito a não ser torturado, não ser ilegalmente constrangidos e direito  diversidade.

## **O TRIPÉ MARSHAL DA CIDADANIA**

Mister se faz a citação de Marshall ao se falar em direitos inerentes  cidadania, que a divide em três elementos: o elemento civil, o político e o social. Primeiro surgiram os direitos civis, seguidos dos direitos políticos, sendo uma das

principais características do século XIX. Em seguida, os direitos sociais quase desapareceram no século XVII e início do XIX. Somente no século XX é que atingiram um plano de igualdade com os outros dois planos da cidadania. É aí que ele situa a sociedade burguesa como o plano dos direitos da cidadania.

É à cidadania social que ele credita a possibilidade de uma ordem social mais justa. Isso implica em vincular a cidadania aos direitos sociais e também à democracia. Diante do exposto, pode-se hoje resumir:

Enquanto os direitos de primeira geração – civis e políticos – exigiriam, para sua plena realização, um Estado mínimo, os direitos de segunda geração – direitos sociais – demandariam uma presença mais forte do Estado para serem realizados. Assim, a tese atual de Estado mínimo – patrocinada pelo neoliberalismo, que parece haver predominado sobre a social – democracia nesta década – corresponde não a uma discussão meramente quantitativa, mas a estratégias diferenciadas dos diversos direitos que compõem o conceito de cidadania e dos atores sociais respectivos. (Wikipedia, 2009)

## FORMAÇÃO DA CIDADANIA

Inicialmente destacamos as palavras de Dalmo Dallari:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998, pág. 14)

A cidadania é um processo, o qual permite que novos direitos lhe sejam acrescentados. Representa a possibilidade dos cidadãos participarem do poder do Estado. É o princípio organizador da política social ou, ainda, o processo do exercício dos direitos e garantias individuais, bem como o respeito aos deveres e obrigações.

O sentido real da cidadania não ficou vinculado apenas aos chamados



direitos políticos mas à efetivação de outros direitos como os econômicos e sociais que possibilitaram as condições necessárias para atenuar a desigualdade social nas sociedades capitalistas ocidentais. Conforme, impecavelmente, afirmou José Murilo de Carvalho,

Primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois, vieram os direitos políticos de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje, muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça pra baixo (CARVALHO, 2002, pág. 219).

A sociedade brasileira vivenciou várias fases históricas de opressão. Primeiro, no Brasil Colônia, como já abordado, o regime absolutista, a sociedade escravocrata e a economia latifundiária, não deixaram margem à existência de quaisquer direitos para a população, quiçá o exercício da cidadania. A tão ansiada proclamação da República, em 1889, trouxe poucas mudanças e a Constituição republicana de 1891, por sua vez, teria um caráter exclusivista, pois continuaria a excluir do voto os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas. Do ponto de vista do avanço da cidadania, em relação aos direitos sociais, o mais significativo foi o movimento que pôs fim à Primeira República, em 1930. Em suma, desde a independência até 1930, a única alteração importante que houve quanto ao avanço da cidadania foi exatamente a abolição da escravidão, em 1888.

Mais tarde, no período Republicano, apesar desses direitos já terem surgido, o povo viu-se privado de exercê-los diante da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e mais tarde (1964 a 1985) a ditadura militar. O povo foi reduzido a um estado de subserviência, em que tudo que lhe cabia era obedecer.

Após 1985, quando se deu a queda do regime militar, os direitos civis tais como a liberdade de expressão, de imprensa e de organização, foram recuperados. Ainda assim, muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A forma equivocada como os direitos, os quais dão sustentação à idéia de cidadania, têm sido introduzidos ou suprimidos no Brasil é que faz a diferença. E muito embora os direitos políticos tenham adquirido amplitude nunca antes atingida, a partir de 1988, a democracia política não resolveu os problemas mais urgentes, como a desigualdade e o desemprego. Permanecem os problemas da área social e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual e que perduram até a atualidade.

Conclui-se que, durante longo período, a cidadania foi pouquíssimo exercida e muitas gerações passaram, sem que se desenvolvesse a consciência dela ao que recorremos a Paulo Freire (2001) o qual afirma que “o conceito de cidadania vem casado com o conceito de participação, de ingerência nos destinos históricos e sociais do contexto onde a gente está”.

## **CULTURA – SURGIMENTO E EVOLUÇÃO**

A palavra cultura vem do latim e significa o cuidado dispensado ao campo ou ao gado. Surge nos fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada.

“Cultura” é uma palavra antiga utilizada no vocabulário francês, entretanto foca-se a abordagem a partir do período de formação do sentido moderno da palavra, que é o século XVIII.

Merecem citação as palavras de Denys Cuche, em A Noção de Cultura nas Ciências Sociais:

'Cultura' se inscreve então plenamente na ideologia do Iluminismo: a palavra  associada às idéias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época. Se o movimento iluminista nasceu na Inglaterra, ele encontrou sua língua e seu vocabulário na França; ele terá uma grande repercussão em toda a Europa Ocidental, sobretudo nas grandes metrópoles como Amsterdam, Berlim Milão, Madri, Lisboa e até São Petersburgo. (CUCHE, 1999)

O homem iluminista era totalmente centrado, dotado de capacidades relacionadas  razão e de uma identidade unificada e estável, desde o nascimento até a morte. A influência do iluminismo era muito grande sobre a Alemanha, assim como o prestígio da língua francesa e a palavra *Kultur* aparece na língua alemã, tm no século XVIII. Para melhor elucidação destacamos Stuart Hall, que nos ensina que

Ainda era possível, no século XVIII, imaginar os grandes processos da vida moderna como estando centrados no indivíduo "sujeito-da-razão". Mas  medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriram uma forma mais coletiva e social. (HALL (2006, pág. 29)

Abre-se, aqui, parênteses para destacar como se apresentava o referencial teórico-evolutivo do homem, segundo aspectos histórico-sociais, utilizando os ensinamentos, mais uma vez, de Stuart Hall, para destacar que

As transformações associadas  modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas: não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais. O *status*, a classificação e a posição de uma pessoa na "grande cadeia do ser" – a ordem secular e divina das coisas – predominavam sobre qualquer sentimento de que a pessoa fosse um indivíduo soberano. O nascimento do "indivíduo soberano", entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado, Alguns argumentam que ele foi o motor que colocou todo o sistema social da "modernidade" em movimento. (HALL, 2006, pág. 25)

Durante o século XIX, o antropólogo britânico Edward Burnett Tylor  o primeiro a propor uma definição conceitual de cultura. Ele define cultura como a

expressão da totalidade da vida social do homem, é adquirida e não depende de fatores hereditários. Transcrevemos a seguir informações contidas em *Britannica Encyclopedia*.

English anthropologist regarded as the founder of cultural anthropology. His most important work, *Primitive Culture* (1871), influenced in part by Darwin's theory of biological evolution, developed the theory of an evolutionary, progressive relationship from primitive to modern cultures. Tylor was knighted in 1912. He is best known today for providing, in this book, one of the earliest and clearest definitions of culture, one that is widely accepted and used by contemporary anthropologists. Culture, he said, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other abilities and habits acquired by men as a member of society. ([www.britannica.com](http://www.britannica.com)) (tradução nossa)

Franz Boas também merece menção relevante, haja vista ter sido o primeiro antropólogo a realizar pesquisas de observação sobre as culturas primitivas. Para ele, a principal diferença entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial. Boas se dedicava ao estudo “das culturas” e não “da cultura”.

O relativismo cultural de Boas é antes de tudo um princípio metodológico que explica como um costume em particular só pode ser compreendido se relacionado com seu contexto cultural, acrescentando, também, seu conceito de “modelo cultural” que designou o conjunto estruturado dos mecanismos pelos quais uma cultura se adapta ao seu meio ambiente.

Antropólogo inglês considerado como o fundador da antropologia cultural. Seu trabalho mais importante, *Cultura Primitiva* (1871), influenciada na parte pela teoria de Darwin da evolução biológica, desenvolveu a teoria de um relacionamento evolucionário, progressivo do primitivo às culturas modernas. Tylor tornou-se cavaleiro em 1912. É hoje o mais conhecido por proporcionar, neste livro, uma das primeiras e mais claras definições de cultura, aquela que é extensamente aceita e utilizada por antropólogos contemporâneos. A cultura, disse ele, é esse inteiro complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume, e quaisquer outras aptidões e hábitos

adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Denys Cuche elucida essa questão ao asseverar que

Cada cultura é dotada de um 'estilo' particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira. Este estilo, este espírito próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos. Boas pensava que a tarefa do etnólogo era também elucidar o vínculo que liga o indivíduo a sua cultura. (CUCHE, 1999, pág..45).

Seguindo Tylor e Boas outros pesquisadores, sociólogos, antropólogos, se dedicaram a estudar a cultura nas mais diversas abordagens, associando-a à antropologia e às ciências sociais. Diante da evolução do conceito de cultura, o relativismo cultural se sedimentou e se tornou um alicerce para os estudos antropológicos. Ainda na mesma obra, Denys Cuche nos ensina:

Recorrer ao relativismo cultural e postular que todo o conjunto cultural tem uma tendência para a coerência e uma certa autonomia simbólica que lhe confere seu caráter original singular; e que não se pode analisar um traço cultural independentemente do sistema cultural ao qual ele pertence e que lhe dá sentido. (CUCHE, 1999, pág. 241)

## **CULTURA – PROCESSO DE SUA FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO NO BRASIL**

A cultura brasileira formou-se ao longo da colonização, através de uma miscigenação cultural entre os indígenas, portugueses e africanos. A influência européia é muito marcante, principalmente a oriunda dos grandes berços culturais, França e Inglaterra.

A cultura indígena com a catequese foi quase dizimada, apesar de encontrarmos sua influência no folclore, como o saci-pererê, o boitatá, etc.

Bem como a indígena, a cultura africana foi praticamente suprimida pelos colonizadores. Na colônia, os escravos aprendiam o português e eram batizados com

nomes portugueses e obrigados a se converter ao catolicismo, tendo, entretanto, os negros africanos contribuído para a cultura brasileira em uma enormidade de aspectos, por exemplo, dança, música e religião.

Importante destacar que durante os séculos XIX e XX, dentre os diversos grupos de imigrantes que aportaram no Brasil, os italianos chegaram em maior número, instalando-se, principalmente, no Sudeste e, também, os alemães na região Sul.

Apesar de todos esses fortes traços dos elementos constitutivos do povo brasileiro, que indicam um intenso multiculturalismo, e que, em conjunto, podem nos fornecer uma híbridez tanto necessária quanto agradável, a formação cultural brasileira ocorreu sempre baseada em cópias; primeiramente nossos modelos eram europeus, tendo passado depois ao americano. A sustentação de um fundo nacional genuíno é uma busca constante, que parece não ter fim. A impressão que se tem é que, quando avançamos para nos firmarmos no cenário mundial, retornamos à estaca zero, devido à incessante busca de pertença ao paradigma dominante. As palavras de Roberto Schwarz vão no sentido em que:

Conforme sugere o lugar-comum, a cópia é secundária em relação ao original, depende dele, vale menos etc. Esta perspectiva coloca um sinal de menos diante do conjunto de esforços culturais do continente e está na base do mal-estar intelectual que é o nosso assunto. Ora, demonstrar o infundado de hierarquias desse gênero é uma especialidade da filosofia europeia atual, por exemplo, de Foucault a Derrida. Por que dizer que o anterior prima sobre o posterior, o modelo sobre a imitação, o central sobre o posterior, a infra-estrutura econômica sobre a vida cultural e assim por diante? (SCHWARZ, 1992, pág. 117)

Prossegue SCHWARZ (1992), criticando profundamente essa falta de autenticidade brasileira, que sempre existiu, trazendo um trecho de Silvio Romero (1897), o qual ressalta que

(...) O Segundo Reinado, com sua política vacilante, incerta, incapaz, durante cinquenta anos, escancarou todas as portas, e, f-lo tumultuariamente, sem discrm, sem critério. A imitação, a macaqueaço de tudo, modas, costumes, leis, códigos, versos, dramas, romances, foi a regra geral. (ROMERO, apud SCHWARZ, 1982, pág.. 124)

Atualmente, no cenário de globalização e dominação econmica, verifica-se que os Estados Unidos, exportam hábitos e produtos culturais não apenas para o Brasil, mas para o resto do mundo, sobre o que nos alerta Guiddens (1990), para que *Lembremos que a globalização não  um fenmeno recente: “A modernidade  inerentemente globalizante”* (GUIDDENS, 1990, apud HALL, 2006, pág. 68)

## O CONTEXTO CULTURAL E A EDUCAÇÃO

A educação tem como finalidade precua alcanço os indivíduos de tal maneira que venha promover mudanças permanentes, e que estas venham a favorecer o desenvolvimento integral do homem e da sociedade. Assim,  fundamental que a educação trabalhe no sentido de ampliar os horizontes pessoais, semeando no indivíduo uma visão mais participativa, crítica e reflexiva.

Todo indivíduo traz consigo uma herança cultural pessoal, que pode ser traduzida como aquilo que  aprendido da família e do meio social em que vive.

Para melhor elucidação recorreremos a BOURDIEU e seu conceito de capital cultural, citado em “Os três estados do capital cultural” (1979), o qual foi desenvolvido por ele para justificar a desigualdade de desempenho escolar de crianças oriundas de diferentes classes sociais, procurando relacionar o desempenho escolar com a distribuição desse capital específico entre as classes ou fração de classes. Cada ambiente familiar transmite um sistema de valores, o *ethos*, o qual contribui para definir o comportamento do indivíduo diante do capital cultural. (BOURDIEU, 1979)

A herança cultural que difere, sob dois aspectos, segundo as

classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente pelas taxas de êxito. (BOURDIEU,1999:42)

Prossegue-se à análise da cultura, trazendo-a para os dias atuais, na era da globalização, verificamos a mudança de foco do sujeito centrado, agasalhado pela razão, para o sujeito fragmentado, colocado diante de suas identidades culturais que, segundo Hall, (2006), a identidade nacional é uma forma de identidade cultural particular.

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era Pré moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto-político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas. (HALL, 2006, pág. 49)

Retornando aos conceitos de BOURDIEU, há de se examinar o capital social, que ele conceitua como o conjunto de recursos que estão ligados à posse de uma rede durável de relações em que os agentes se reconhecem como pertencentes a determinado(s) grupo(s).

As nações modernas não são formadas por um único povo, uma única etnia ou, ainda uma única cultura. Ao contrário, as nações modernas constituem verdadeiros híbridos culturais, facilitados pela globalização, cujo impacto sobre a identidade cultural unificada é imenso.

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade. (HALL, 2006, pág. 65)



A concepção de educação como meio de ascensão social, de erradicação da pobreza e diminuição da violência, concede  escola um papel primordial na vida do indivíduo.

A educação tem também de enfrentar outros tipos de obstáculos que impedem o seu progresso tais como a necessidade de a criança trabalhar para complementar a renda familiar, a violência urbana que afasta os pobres da escola e a insatisfação dos professores com seus baixos salários que, muitas vezes, leva a desmotivação para um bom desempenho na tarefa de educar.

Ao analisar o capital cultural das famílias inseridas nas camadas populares, que não têm acesso aos meios culturais disponíveis como cinema, livro, teatro, entre outros - por estarem além das suas capacidades econmicas - observamos que este capital será justamente o da cultura popular, que deve ser trabalhada de modo a permitir que as camadas populares que dela fazem uso, possam superar o estigma de pobreza cultural, sob pena de não usufruírem da cultura, de forma alguma.

## **PANORAMA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**

A disparidade econmica encontrada no país reflete-se em especial sobre a qualidade de vida da população.

No Brasil a má distribuição de renda e riqueza, desde a colonização, como já foi objeto deste estudo,  gritante. Este fato  causa da desigualdade social que, como consequência,  um dos principais determinantes da pobreza no Brasil.

Considerando que o Brasil tem pouco mais de quinhentos anos e, destes, trezentos foram de escravidão, os negros ainda hoje, têm muita dificuldade de se promoverem e conquistarem melhores posiçoes na sociedade.

No inicio do seculo XX, Freyre ja afirmava que *Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando nao na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos uma pinta, do indigena ou do negro.* (FREYRE, 1933, apud FLORESTAN, pag. 13). Muito embora pareça difıcil de acreditar, ainda hoje, vive-se um problema educacional na sociedade brasileira, que se refere aos rumos da escola e o seu papel na satisfao plena da cidadania.

O que se constata e que a escola limita-se a transmitir conhecimentos tecnicos, sem comprometimento com os aspectos sociais e culturais do povo brasileiro, dando ênfase a uma abordagem cientıfica, obedecendo a um currıculo pouco flexıvel.

Este cenario traduz uma realidade em que negros, mestiços, indigenas e brancos ainda sao tratados diferentemente, em muitos aspectos, o que obstaculiza o acesso dos tres primeiros a oportunidades educacionais, sociais e profissionais. Assim, os nao brancos sofrem uma dissimulada violencia social que lhes ocasiona os piores índices do desenvolvimento humano, em comparao com os brancos.

Nao por acaso, o mito da democracia racial, atribuido a FREYRE (1933), ha muito foi derrubado, fazendo-se compreender que a sociedade brasileira e miscigenada sim, e que todo brasileiro, conforme a primeira citao deste trabalho, deste mesmo autor, carrega em si, uma descendencia negra, em algum aspecto.

Buscamos em Florestan Fernandes a compreensão para a derrubada do mito da democracia racial, pois o autor detectou a existencia de uma forma particular de racismo: “um preconceito de nao ter preconceito”, apesar da sociedade brasileira discriminar, considerava tal atitude ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem a pratica). (FERNANDES, 2007, pag. 18).

Embora essas citaoes sejam de muitos anos atras, haja vista a primeira edio da obra de Florestan ter sido em 1972, parece que essas palavras foram escritas

ontem, haja vista a aura de harmonia e cordialidade entre as raças, desmentidas pelos índices de desigualdades expressos nos indicadores sociais e que vão desde a falta de acesso a bens primários, a desigualdades no mercado de trabalho, o baixo acesso  educação básica de qualidade, baixo ndice de negros nas universidades, nos programas de ps-graduação e nos cargos públicos.

Os ndios, originais habitantes desta terra, foram quase dizimados e excluídos da sociedade.

A mulher após tantos anos de dominação masculina, sofrendo violência tanto real quanto simbólica em seu cotidiano, demorou em conquistar um lugar de mais destaque no sistema machista e patriarcal, que são agora está, vagarosamente, se modificando.

Diante da dificuldade de acesso  cultura e  educação, percebemos que a consciência social da população brasileira, ainda  muito precária. Uma prova ilustrativa de tal afirmação encontra-se na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso e no Estatuto da Igualdade Racial. Em uma sociedade cujos direitos civis, políticos e sociais já se encontram enraizados, não seria necessário a criação de institutos jurídicos para sedimentar direitos que já seriam inerentes  condição humana.

## **A CONSTRUÇÃO DAS “IDENTIDADES” RACIAIS**

*O afrocentrismo, espécie contemporânea de nacionalismo negro, representa uma corajosa porém mal orientada tentativa de definir uma identidade africana em meio a uma sociedade branca percebida como hostil. (WEST, 1993, p. 20)*

Com base no filme documentário *Atlântico Negro – Na Rota dos Orixás*, os africanos que eram comercializados como escravos, antes de embarcarem nos navios,

passavam por um ritual que simbolizava o esquecimento. Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres sete voltas. Depois disso supunha-se que os escravos perdiam a memória e esqueciam completamente seu passado, suas origens e sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou de se rebelar. Como se isso fosse possível! Verifica-se que os negros escravizados enfrentavam o eclipse da esperança e o colapso do significado da vida, dominado pela forte presença da ameaça niilista à própria existência, que, segundo West, 1993, ainda hoje, na América, não diferindo do Brasil, vive-se uma crise identitária da raça negra, na medida em que

O niilismo deve ser compreendido aqui não como uma doutrina filosófica segundo a qual não existem fundamentos racionais para normas e autoridades legítimas; ele é, muito mais, a experiência de viver dominado por uma pavorosa falta de propósito, de esperança e (acima de tudo) de amor.(WEST, 1993, p. 31)

A segunda metade do século XX assistiu a um processo sem precedentes de mudanças na história do pensamento e da técnica. Ao lado da aceleração avassaladora nas tecnologias de comunicação, das artes, de materiais, de genética etc, ocorreram mudanças paradigmáticas no modo de se pensar a sociedade e suas instituições. Os modernistas, por exemplo, tendem de fato a buscar a metanarrativa, o domínio, a totalidade, e a forma fechada, em todos os aspectos, que envolvem os indivíduos na sociedade, sejam eles lingüísticos, culturais, raciais, artísticos, históricos, econômicos, de gênero, sexo etc, enquanto os pós-modernistas costumam ver o processo social circundado de profundas transformações, como algo incontrolável no qual a heterogeneidade, a "anarquia" e o "acaso" podem significar em situações inteiramente "abertas" e "caóticas", solapando o modelo pronto, deslocando os estudos sobre as culturas, para tornar possível os debates em torno das identidades híbridas, em

detrimento das “identidades clássicas” no sentido em que Foucault, 1983, citado por Harvey, 2010 nos instrui a

Desenvolver a ação, o pensamento e os desejos através da proliferação, da justaposição e da disjunção e a preferir o que é positivo e múltiplo, a diferença e à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis aos sistemas. Acreditar que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade. (FOUCAULT, 1983, xiii, apud HARVEY, 2010, p. 49)

No que se refere à formação da identidade negra, a partir de uma releitura da dialética do senhor e do escravo, foram colocadas em cheque as teorias da modernidade, devido à forte influência da tendência à adoção do paradigma da pós-modernidade, diante da necessidade de pensar a identidade como processo de construção e desconstrução quer seja, descentramento, deslocamento, que acarretam a sua fragmentação em várias “identidades”, pois como propõe W.E.B. Du Bois, o sujeito é dotado de uma “dupla consciência”, a qual refere-se ao “eu” e o “outro” que habitam dentro de cada um. Do que se conclui que sujeitos idênticos têm tanto características iguais quanto diferentes. Neste viés, ressalta-se que Du Bois (1961) descreve o impacto negativo que o racismo tem sobre a subjetividade, identidade e dignidade do afro-americano que vê a si mesmo e o mundo pelos olhos do outro e tem a consciência clivada entre duas experiências: a identificação com sua raça pela opressão comum, representada pela ação européia, e a identificação com seu tempo, isto é, a modernidade.

Contrapondo-se à dupla consciência de Du Bois, Malcolm X, citado em West 1993, considera que esta diz respeito aos negros que vivem “em cima do muro”, quer seja, aqueles que não se definiram quanto a seus propósitos, tanto anseiam a aceitação de seu próprio grupo, quanto enxergam-se através da ótica social branca, o que gera um sentimento de decepção, a que ele denomina “trágica síndrome”, haja vista

os critérios racistas impostos pela sociedade dominante. Como exemplificação clara desta síndrome, West faz referência a Michael Jackson, com sua obsessão em moldar-se segundo padrões raciais brancos, abdicando, portanto, de sua identidade racial negra.

Michael Jackson pode ter razão em querer ser visto como uma pessoa e não como uma cor (nem preto nem branco), mas suas reformas faciais acusam uma autoavaliação baseada em padrões brancos. Assim apesar de ele ser um dos maiores showmen de todos os tempos, continua a se enxergar, pelo menos em parte, através dos padrões estéticos brancos, que desvalorizam algumas de suas características africanas. Evidentemente, Michael Jackson é apenas a demonstração mais franca e visível de uma autoaversão muito difusa entre um grande número de negros que exercem profissões qualificadas. (WEST, 1993, p. 114)

Essa experiência da dissociação entre a identidade étnica e a identidade nacional, vivenciada pelos negros, e, por outro lado, a profunda associação entre essas duas identidades, é que caracteriza o discurso dominante.

Como principal condutor de sua obra, Paul Gilroy apresenta a relação dos negros com a modernidade ocidental, no que diz respeito à raça, cultura, nacionalidade e etnia, destacando as idéias da “dupla consciência” de Du Bois e concede especial destaque à música, como manifestação cultural-identitária negra, em forma de compensação, uma vez que, ao serem escravizados, no mundo inteiro, os negros eram tratados como mercadorias, como “gentes” sem alma, sem identidade, sem intelecto e, portanto, eram privados da alfabetização e tudo que significasse humanização.

A impossibilidade da alfabetização para os escravos e seu refinamento compensatório na arte musical não explica o compromisso obstinado e consistente da música negra com a ideia de um futuro melhor. O poder da música no desenvolvimento das lutas negras pela comunicação de informações, organização da consciência e teste ou articulação das formas de subjetividade exigida pela atuação política, seja individual ou coletiva, defensiva ou transformadora, exige atenção tanto aos atributos formais dessa cultura expressiva como à sua base *moral* distintiva. (...)Nos termos mais simples

possíveis, colocando o mundo tal como ele é contra o mundo tal como os racialmente subordinados gostariam que fosse, essa cultura musical fornece uma grande dose da coragem necessária para prosseguir vivendo no presente. Ela é, ao mesmo tempo, produção e expressão dessa “transvalorização de todos os valores”, precipitada pela história do terror racial no Novo Mundo. (GILROY, 2001, p. 93/94)

À guiza de conclusão deste tópico, destacamos Castells, 2000, o qual propõe uma interessante distinção nos processos da construção das identidades,

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos; Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 2000, p. 24)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o papel da educação sob a ótica legal, deve-se dar especial destaque à Constituição da República de 1988 e à Lei 9.394/2006, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O artigo 205 da Constituição dispõe sobre educação e versa que esta visará, em especial o preparo da pessoa para o exercício da cidadania. Em sentido convergente vemos o destaque da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que, em seu artigo 2º estabelece que a educação tem por finalidade, dentre outras coisas, o preparo do educando para o exercício da cidadania.

Considerando tratarem de diplomas legais máximos de disposições sobre o tema educação, conclui-se que é dever da escola, não apenas transmitir ao educando ensinamentos de ordem científica, mas também orientá-lo quanto aos direitos sociais e políticos, preparado-o para o exercício pleno da cidadania.

É fato comprovado por estudiosos que a cultura e a educação sofrem influências cada vez maiores dos fatores socioeconômico e político. Este panorama faz com que o papel da educação cresça em relação ao desenvolvimento como compromisso social. O crescimento de um país e a educação não podem ser vistos como linhas paralelas, ao contrário, devem ter sempre um ponto de interseção. Assim a escola deixa de ser um mero local de transmissão de conhecimento pronto, para se tornar o maior meio de educação como prática social.

A reflexão sobre o papel da educação em uma sociedade multiculturalista é crescente e necessária, sendo que a discussão sobre estas questões, permitirá a reconstrução desse papel, diante de uma sociedade globalizada. O desafio é promover uma educação intercultural crítica na nossa sociedade, como um princípio orientador dos sistemas educacionais na sua globalidade.

Assim a educação tem, antes de qualquer outra, uma função social, pois experiências comprovam que quanto mais desenvolvido um povo, em termos educacionais, mais rapidamente são reduzidas as desigualdades sociais, na tentativa de alcançar uma sociedade mais justa.

A prática da cidadania é de fato o caminho para minimizar os problemas da desigualdade social brasileira. É possível, portanto, reduzir e atenuar as injustiças sociais pela redistribuição, ainda que parcial, do produto social. Desta forma pode-se vincular a cidadania aos direitos sociais e à democracia.

A transformação do comportamento de uma sociedade em relação às discriminações de todas as espécies percorre um longo e sofrido caminho. Portanto, faz-se mister derrubar as barreiras que ainda restem acerca do mito da democracia racial e assumir a diversidade social, a multiculturalidade e, sobretudo, as diferentes origens culturais e raciais.



É objetivo da educação colaborar na construção de sujeitos com capacidade de reflexão e atuação na esfera política, a partir da articulação idéias e argumentos, com participação ativa em diálogos e negociações, para que possam desempenhar um papel decisivo nas lutas, demandas e manutenção das conquistas que se dão em torno dos interesses da sociedade.

## Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DALLARI, **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. .

FOSTER, Eugênia da Luz Silva. **A Questão Racial e a Educação Democrática em Florestan Fernandes** In: Democracia e educação em Florestan Fernandes. Fávero, Osmar (org.). Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**: apresentação de Lília Moritz Schwarcz – 2 ed. Revista – São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira – São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**/Stuart Hall: tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11 ed. – Rio de Janeiro:DP&A, 2006.

HANCHARD, M. Orpheus and Power. **The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo. 1945-1988**. Princeton, Princeton University Press, 1994. (apud Escritos de educação. NOGUEIRA, M.A.(org.) . Petrópolis: Vozes, 1998.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008

SCHWARZ, R. (org.). **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

WEST, Cornel. **Questão de Raça**; traduo Laura Teixeira Motta – São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

#### **TEXTOS DA WEB**

Michel Foucault, an Interview: Sex, Power and the Politics of Identity; entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982; *The Advocate*, n. 400, 7 de agosto de 1984, pp. 26-30 e 58. Esta entrevista estava destinada a revista canadense *Body Politic*. Traduo de Wanderson Flor do Nascimento.

Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/sexo.pdf>> Acesso em: 03 jul 2009.

Disponível em:<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/611503/Sir-Edward-Burnett-Tylor>> Acesso em 03 jul.2009.

Disponível em:<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/146212/cultural-evolution/1656/Multilinear-theory?anchor=toc1656>> Acesso em: 03 jul.2009.

Disponível em:  
<[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Thomas\\_Humphrey\\_Marshall&oldid=16296865](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Thomas_Humphrey_Marshall&oldid=16296865)>. Acesso em: 03 jul.2009.

Disponível em:  
<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cidadania&oldid=16361711>>. Acesso em: 03 jul.2009.

Recebido em 2/10/2009.

Aceito em 12/10/2009.

#### **Sobre os autores:**

ngela Ferreira **PACE**

Mestranda em Educao, Contextos Contemporneos e Demandas Populares  
PPGEduc/UFRRJ.

e-mail: [angelapace@globocom](mailto:angelapace@globocom)

Endereço: Rua Cabo Jorge do Prado 41/201, Campo Grande – Rio de Janeiro – RJ –  
CEP: 23080-210 – Tel (21) 2681-4668 Cel. (21) 9957-0093

Ahyas **SISS**

Doutor em Educao. Professor e Pesquisador do Programa de Mestrado em Educao,  
Contextos Contemporneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ). Coordenador  
do GT 21 Educao e Relaoes tnico-Raciais da ANPEd Coordenador do Leafro –  
Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (Neabi/UFRRJ).

e-mail: [AhyasSiss@gmail.com.br](mailto:AhyasSiss@gmail.com.br)